

## **A POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL DO ESTADO DO CEARÁ PARA A DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA**

Autor: Homero Henrique de Souza (1); Co-autor (1): Fabrício Sampaio.  
*Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará. [divgeneroese sexualidade@educ.ce.gov.br](mailto:divgeneroese sexualidade@educ.ce.gov.br)*

### **Resumo**

O foco deste trabalho é descrever a principal ação de formação continuada em Educação, Gênero e Sexualidade desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) nos últimos dois anos e meio. O artigo fundamenta a necessidade da capacitação permanente dos educadores diante das novas demandas que as escolas apresentam no que se refere às relações de gênero, identidade de gênero e sexualidade. São apresentados todo o passo a passo metodológico, resultados e encaminhamentos, frutos das oficinas pedagógicas realizadas entre os meses de abril de 2015 e junho de 2017. Concluiu-se que a escola urge aos seus educadores, permitir-se repensar ideias pré-concebidas baseadas em “achismos” e senso comum, aprofundar seus conhecimentos, reconhecer e valorizar a diversidade humana e proporcionar aos seus estudantes uma análise desprovida de olhares e conceitos moralistas, excludentes e arcaicos a cerca da sexualidade humana.

**Palavras-chave:** Política Pública, Educação, Gênero, Sexualidade e Formação de Professores.

### **Introdução**

As Políticas Públicas Educacionais são necessárias na construção de uma escola que oferece uma formação cidadã. Elas são importantes para qualificar a educação pública no Brasil. A Política Pública a partir de sua etimologia se refere ao desenvolvimento do trabalho do Estado junto à participação do povo nas decisões (OLIVEIRA, 2010).

O professor Francisco de Oliveira conceitua:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010).

As Políticas Públicas Educacionais são responsáveis pela construção da sociedade que se origina nas escolas a partir da educação. Elas influenciam a vida de todas as pessoas. Infelizmente, nem sempre essas políticas trazem os resultados esperados, pois somente o acesso à escola para todos e todas, não significa que estes tenham qualidade e, que efetivamente, os usuários terão seus direitos respeitados (SETUBAL, 2012).

Diante destas circunstâncias nota-se que as Políticas Públicas se voltam para o enfrentamento dos problemas existentes no cotidiano das escolas, que reduzem a possibilidade de qualidade na educação.

Dentre esses problemas estão as práticas discriminatórias movidas pela intolerância quanto a diversidade de gênero e sexual.

A educação exerce um papel estratégico quando se busca a valorização da diversidade, fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar/combater toda sorte de preconceitos, discriminações e violências, especialmente no que se refere às questões de gênero e sexualidade. Nesse sentido, a escola se coloca como um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças. No entanto, para que essa escola se constitua verdadeiramente democrática e justa, é necessário articular o debate sobre igualdade e diferença.

Sobre essa discussão, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), além de outras diretrizes nacionais (Resoluções CNE/CEB nº 04/2010, CNE/CEB nº 02/2012, PNE - Lei nº 13.005/14) e estaduais (Constituição Estadual, art. 14, inc. III; Resolução CEE/CEB nº 437/12; e Plano de Governo Os 7 Cearás - 2015/2018), orienta que é papel do poder público estabelecer diretrizes curriculares para todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica para a inclusão da temática de educação e cultura em Direitos Humanos, promovendo o reconhecimento e o respeito às diversidades de gênero, orientação sexual e identidade de gênero com educação igualitária, não discriminatória e democrática.

A diversidade é um dos elementos essenciais do exercício pleno da cidadania e simboliza o efetivo direito à diferença, em que os sujeitos sociais possam agir de acordo com seus valores individuais. O sociólogo do Direito, Boaventura de Sousa Santos (1997) define que:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Buscando disseminar essa reflexão nas escolas da rede estadual de ensino, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc), por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem - Codea/ Diversidade e Inclusão Educacional, e em articulação com outras áreas da Gestão Escolar e Pedagógica, Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (Crede) e Superintendências das Escolas Estaduais de Fortaleza (Sefor), vem desenvolvendo, de forma transversal e interdisciplinar, um trabalho de sensibilização e formação de gestores, educadores e alunos, contribuindo para a construção de um ambiente mais saudável, compreensivo e valorizador da diversidade humana, sobretudo em suas relações de gênero e sexualidade.

Diante desse contexto, esse artigo visa investigar a atual política pública educacional para diversidade de gênero e sexualidade na escola que vem sendo desenvolvida pelo Governo do Estado do

Ceará através de sua Secretaria da Educação. A principal ação que será analisada é a do desenvolvimento de Formação continuada de gestores e professores para que promovam a igualdade de gênero, o respeito à diversidade sexual e à dignidade humana nas escolas.

A execução das políticas públicas educacionais voltadas para as relações sociais de gênero e sexualidade, e o contexto no qual elas são produzidas revelam um processo de negociação tenso, com a supressão e/ou a concretização de reformas, planos, projetos, programas e ações implementadas – separada ou articuladamente – pelo Estado. Os movimentos sociais pressionam por novas políticas públicas e pelo reconhecimento de novas formas de desigualdade buscando ocupar espaços na administração pública. Tanto o Estado quanto os movimentos, nas suas respectivas diversidades, interligam-se e/ou demandam intensamente interesses sociais que se fazem presentes nesse processo. Essas relações são conflituosas e, por vezes, contraditórias e complexas.

O Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (LGBT) e o de mulheres assumem papéis protagonistas nas proposições de vários projetos e programas federais e estaduais ligados à inclusão da diversidade sexual no contexto escolar. Também exercem grande influência setores representativos de forças internacionais, com participação decisiva na vida nacional e na confecção de linhas de ação para as políticas públicas de educação.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 em seu Art.2º proclama: “Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, opinião, ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição”.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 promulga em seu Art 3º, inciso IV que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é de: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

O art. 14 da Constituição Estadual do Ceará assegura que o Estado enquanto pessoa jurídica de direito público interno exerce em seu território suas competências, observando entre outros princípios a defesa da igualdade e combate a qualquer forma de discriminação em razão de sexo e orientação sexual.

O Plano de Estado Os 7 Cearás da atual gestão em exercício (2015-2018) no que tange ao Ceará do conhecimento anuncia o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas de educação, comprometidas com o combate à discriminação de gênero e sexualidade e valorização das diferenças. Esse mesmo documento registra a urgência de fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero e orientação sexual como forma de combater todas as formas de discriminação e violações de direitos humanos, assegurando a formação continuada dos (as) trabalhadores (as) da educação para lidar criticamente com esses temas.

Estudos apontam o ambiente escolar como um dos espaços principais onde discriminações e agressões sexistas e lesbo-trans-homofóbicas acontecem. Na pesquisa *Diversidade sexual e Homofobia no Brasil – Intolerância e Respeito às diferenças sexuais* realizada em 2009, pela Fundação Perseu Abramo/Universidade de São Paulo, 13% dos estudantes brasileiros entrevistados, apontaram a escola como o primeiro lugar onde sofreram discriminações. A mesma pesquisa apontou que alunas travestis e transexuais são sistematicamente excluídas das escolas.

Esse preconceito atinge também o desempenho escolar. O estudo *Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar* realizado pelo Ministério da Educação (2009) em todo o país relacionou os índices de homofobia, sexismo, racismo e outras formas de discriminação ao desempenho dos estudantes na Prova Brasil. Quando se cruzam os dados, percebe-se que as escolas com mais altos índices de preconceito e discriminação têm um desempenho pior na avaliação. Um prejuízo que atinge não só alunos e alunas vítimas diretas de discriminação, mas todos/as os/as estudantes.

No que tange a construção das identidades de gênero e as identidades sexuais, a formação de professores em nosso país ainda é muito carente. O estudo *Juventudes e Sexualidade* financiado pela UNESCO e organizado pela prof.ª Miriam Abromovay em 2004 apontou que 60% dos educadores não sabem lidar com a diversidade sexual de seus alunos e alunas em sala de aula.

Outra discussão urgente e importante na escola está relacionada a questões de gênero, pois vivemos uma cultura que nos doutrina em função do mesmo. Desde que nascemos somos ensinados ao que podemos ou não fazer de acordo com nosso gênero. Esse doutrinamento vai desde as cores dos enxovais, brinquedos, formas de se vestir, escolha da profissão chegando ao absurdo de justificar até situações de estupro, feminicídio, violência doméstica, desigualdade social dentre outras que se baseiam no machismo.

A pesquisa *#meninapodetudo – machismo e violência contra a mulher na juventude* realizada pela Agência de Comunicação Enóis (2015), com garotas entre 14 e 24 anos, aponta que 39% já sofreram algum tipo de preconceito na escola por serem mulheres e em muitos casos, os professores são os próprios responsáveis pelas situações de discriminação, quando tecem comentários sexistas ou constrangem suas alunas. O machismo, dentro e fora do ambiente escolar, amedronta e afeta o desenvolvimento das alunas. Ainda de acordo com os dados divulgados pela Agência Enóis (2015), 84% das jovens entrevistadas já sofreram assédio sexual verbal feito por homens, enquanto 90% já deixaram de fazer alguma coisa devido ao medo da violência e 77% das garotas acham que o machismo afeta seu desenvolvimento, pois crescem ouvindo que não podem realizar certas atividades, adotar determinados comportamentos e que há áreas profissionais “masculinas” “inadequadas” para uma mulher.

Estudos acadêmicos indicam que a violação dos direitos humanos no que se refere a diversidade de gêneros e orientações sexuais é uma prática infelizmente comum nas unidades escolares. A *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2015* elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) apontou que 47% dos estudantes entrevistados já sofreram algum tipo de discriminação sistemática (*bullying*). Em outra pesquisa, *Juventudes Na Escola, Sentidos e Buscas: Por Que Frequentam?* (2015), 19% dos alunos pesquisados afirmaram rejeitar colegas de classe transexuais, travestis e homossexuais.

No prefácio do livro *Homofobia no ambiente educacional – o silêncio está gritando* (REIS, 2015), a coordenadora de Educação da UNESCO no Brasil comenta:

No mundo inteiro um número considerável de adolescentes e jovens é exposto à violência em ambientes educacionais incluindo a violência na forma do bullying homofóbico e transfóbico, ou seja, a agressão física e/ou psicológica com base na orientação sexual ou identidade de gênero percebidas como não sendo em conformidade com normas e estereótipos socialmente aceitas.

A *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional Brasileiro 2016* realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) com 1.016 estudantes entre 13 e 21 anos, 60% afirmaram que se sentiam inseguros/as na escola por causa de sua orientação sexual. Essa mesma pesquisa ressalta que os/as estudantes LGBT têm duas vezes mais probabilidade de faltar à escola por sofrerem níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofrem menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%).

Os indicadores citados, portanto, evidenciam que as temáticas de gênero e sexualidade que compõem os conteúdos curriculares dos direitos humanos precisam ser problematizadas e trabalhadas de modo explícito, destruindo as representações negativas socialmente impostas a determinados sujeitos e as suas identidades “excluídas” e se comprometendo com uma sociedade melhor, menos desigual e mais humana (FURLANI, 2011).

Discutir Gênero e Sexualidade na Escola se faz necessário, afinal o ambiente escolar também é um espaço para promover a cidadania e a responsabilidade social para professores, coordenadores, funcionários, alunos e suas famílias.

### **Desenvolvimento Metodológico**

Nesse cenário, com vistas à formulação e à implementação de políticas públicas voltadas para a valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva e dos direitos humanos, a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC) tem como objetivo estratégico consolidar uma escola que promova a equidade, fortaleça a inclusão, o respeito à diversidade e a promoção da cultura de paz.

Por meio do Decreto nº 31.221 de 03 de junho de 2013, a SEDUC instituiu na sua estrutura organizacional da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem – CODEA, a área da

Diversidade e Inclusão Educacional. É nessa coordenadoria que desde abril de 2015, a equipe de Educação, Gênero e Sexualidade responde pelas ações políticas governamentais da temática em questão.

A principal ação de formação continuada em Educação, Gênero e Sexualidade elaborada pela Seduc consiste numa oficina pedagógica em Gênero e Diversidade Sexual na Escola. A oficina possui uma carga horária inicial de 8 h/a. Tem como público-alvo os Professores Diretores de Turma (PPDT) e coordenadores pedagógicos das unidades escolares abrangidas pela Rede Estadual de Educação Básica do Ceará e seu objetivo principal é de discutir e sensibilizar os educadores para a necessidade de se promover a valorização da diversidade de gênero e sexual no ambiente escolar. A oficina é estruturada em 3 (três) módulos conforme a tabela descrita a seguir:

#### **OFICINA GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA – 2015/2017**

<b>Conteúdo</b>	<b>Objetivo Específico</b>
1 – Porque tratar desse assunto na escola?	- Fundamentar a discussão dessa temática no âmbito escolar;
2 – Nem tudo é tão simples como parece	- Conhecer os principais conceitos relacionados à temática;
3 – Pensando, Praticando e Construindo	- Produzir materiais didáticos, analisar estudos de caso e resolver questões do ENEM

O procedimento metodológico segue a dialógica vivencial freiriana (apud ALBUQUERQUE, 2001). Assim são trabalhadas dinâmicas interativas que estimulam o debate entre os profissionais da instituição, com foco na reeducação do olhar para as situações de sexismo e homofobia buscando desnaturalizá-las, e de questionamento dos estereótipos de gênero no cotidiano escolar. Essa metodologia se predispõe menos ao aprofundamento de conceitos complexos e mais ao debate, principalmente autocrítico, sobre o contexto escolar e as possibilidades de transformação, sempre partindo dos pontos de vista expressados pelos educadores para a reflexão crítica e desconstrução de preconceitos.

Antes de iniciar os módulos propriamente ditos, busca-se estimular os participantes que se apresentem a partir de um objeto ou imagem disponibilizados sobre uma mesa na perspectiva de pensar e discutir a ideia: COISAS DE MENINAS e COISAS DE MENINOS. A dinâmica permite através das falas posta uma introdução à temática de gênero e sexualidade.

No módulo I apresenta-se, através de slides em Power Point, a fundamentação teórica de como as questões de gênero e sexualidade estão presentes na escola e o porquê elas precisam ser discutidas. Destacam-se estatísticas e pesquisas que apontam a escola como espaço por vezes discriminador e o quanto isso implica na queda de rendimento escolar e evasão dos discentes. Também são apresentados números que apontam a homofobia e a violência de gêneros marcantes na realidade brasileira dentro e fora das instituições

educacionais. Para ilustrar ainda mais esse debate e apontar alguns caminhos a serem percorridos afim de desnaturalizar a realidade sexista, machista e homofóbica imperante no sistema educacional brasileiro, são apresentados dois vídeos: o primeiro produzido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 2012 sobre *Boas práticas no combate ao bullying homofóbico nas escolas* e o segundo, um trailer do documentário da ONU Mulheres, *Precisamos falar com os homens, uma jornada pela igualdade de gênero*. O módulo I é concluído com a legislação que ampara o trabalho da escola no que tange as relações de gênero e sexualidade, procurando sondar com os participantes seus conhecimentos prévios. Posterior a exibição do material faz-se uma leitura compartilhada da Nota Técnica Nº 24/2015 do Ministério da Educação (MEC) que reitera a importância dos conceitos de gênero e orientação sexual nas políticas educacionais e no processo pedagógico da escola e seus profissionais.

No módulo II utiliza-se um curta de aproximadamente 7 minutos (*Menino ou menina? Põe na Roda*) para sistematizar a discussão previamente feita com a plenária sobre os conceitos de sexo, gênero, orientação sexual e afetiva e identidade de gênero. Esses conceitos são fundamentados em Bortolini (2008), *Diversidade Sexual na Escola*.

No módulo III são formados grupos focais. Através de estudos de caso, tirinhas e questões do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) apresentados aos participantes, os mesmos são desafiados a discutirem intervenções pedagógicas diante de situações do cotidiano escolar que envolva: o uso do nome social e dos banheiros por alunas transexuais e travestis, a prática do namoro na escola, a violência de gênero reproduzida na práxis escolar por educandos e educadores e a diversidade de arranjos familiares presentes nas comunidades escolares. Postas na plenária as propostas, são levadas ao conhecimento dos profissionais em formação, as resoluções do Conselho Estadual de Educação do Ceará - CEE 437/2012 e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/SDHPR 12/2015 que amparam o uso do nome social e dos banheiros por alunos e alunas transexuais e travestis. Também são discutidas as formas de lidar com as situações cotidianas que envolvem o namoro nos ambientes escolares e se procura refletir a importância do reconhecimento e da valorização da diversidade de gênero e da sexualidade humana como formas de desnaturalizar a violência psicológica, silenciada, naturalizada praticada através das “brincadeiras” e “piadas”, discursos heteronormativos e misóginos e/ou mesmo das agressões físicas no dia-dia do fazer pedagógico escolar.

Em 26 meses de atuação, a equipe realizou 80 formações pedagógicas (oficinas, palestras, rodas de conversa, aulas ENEM) atingindo um público total de 5.017 pessoas de diferentes segmentos da comunidade escolar conforme tabela abaixo.

**TABELA 01: ACOMPANHAMENTO GERAL – OFICINAS PEDAGÓGICAS – 2015/17 (\*\*)**

	ESCOLAS CONTEMPLADAS	SEGMENTO				TOTAL
		GESTOR	PROFESSOR	ESTUDANTE	OUTROS(*)	
<b>2015</b>	<b>189</b>	<b>121</b>	<b>496</b>	<b>136</b>	<b>167</b>	<b>920</b>
<b>2016</b>	<b>220</b>	<b>270</b>	<b>332</b>	<b>1.574</b>	<b>51</b>	<b>2.227</b>
<b>2017</b>	<b>180</b>	<b>123</b>	<b>322</b>	<b>1.387</b>	<b>38</b>	<b>1.870</b>
<b>TOTAL</b>	<b>589</b>	<b>514</b>	<b>1.150</b>	<b>3.097</b>	<b>256</b>	<b>5.017</b>

(\*\*) Dados atualizados até 12/06/17.

(\*) Psicólogas, Educadores Físicos, Apoio Pedagógico, Facilitadores de Formação, Gerente PAIC, Técnicas CECOM, Técnicos Municipais, Supervisores, Vereadores, Superintendentes Escolares, Coordenadores Regionais PDDT, Ex-alunos.

As formações foram realizadas em Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Escola (CREDE), secretarias municipais (SME), escolas estaduais e em parceria com projetos institucionais. Vide tabela abaixo:

**TABELA 02: FORMAÇÕES PEDAGÓGICAS – 2015/17**

	CREDE	SME	ESCOLAS *	PROJETOS INSTITUCIONAIS **	TOTAL
<b>2015</b>	<b>10</b>	<b>04</b>	<b>07</b>	<b>02</b>	<b>23</b>
<b>2016</b>	<b>08</b>	<b>01</b>	<b>19</b>	<b>02</b>	<b>30</b>
<b>2017</b>	<b>09</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>01</b>	<b>27</b>
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>05</b>	<b>43</b>	<b>05</b>	<b>80</b>

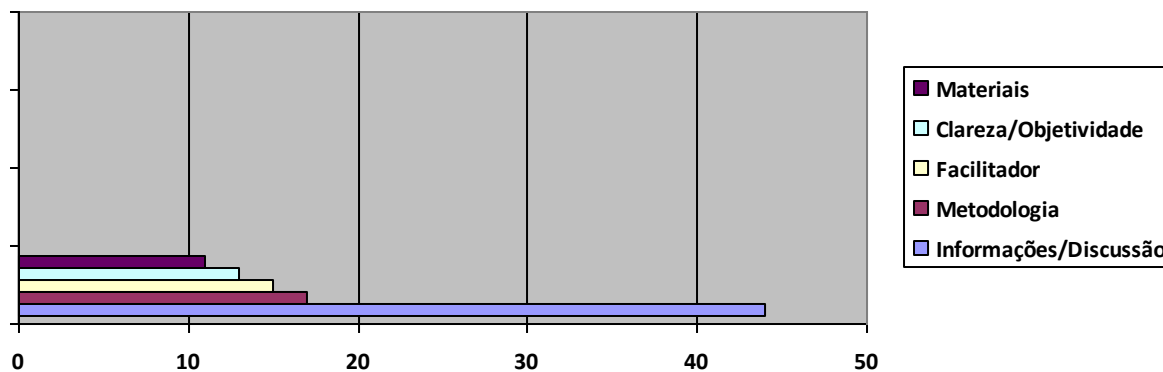
(\*) Escolas da Rede Estadual e de Redes Municipais.

(\*\*) Mais educação, E-Jovem, Primeiro Passo e Educação Ambiental/CODEA/Diversidade

Em todas as formações realizadas foram aplicadas instrumentais de avaliação ao final de cada uma apresentando o seguinte resultado: Conforme o gráfico abaixo se destaca que 44% dos participantes apontaram a densidade e a relevância das informações passadas e discussões realizadas como principal aspecto POSITIVO da formação:



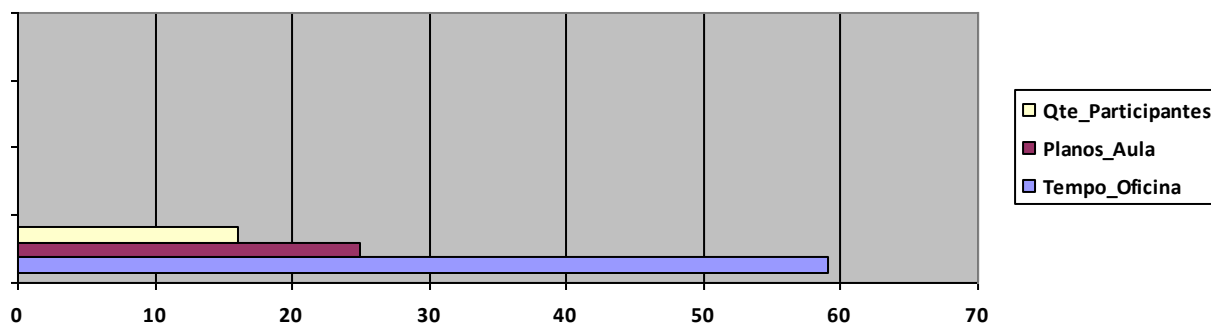
**Gráfico 1 – Pontos Positivos da Oficina em Gênero e Diversidade Sexual na Escola**



Vale salientar que a metodologia interativa e participativa utilizada nas oficinas (analisada por 17%) oportuniza entre outras situações, a produção literária através de cordéis e paródias musicais por parte dos educadores como forma de sintetizar a importância daquele momento e da temática para eles.

Quanto aos aspectos CRÍTICOS, 59% apontam o tempo da oficina muito curto diante da densidade da temática.

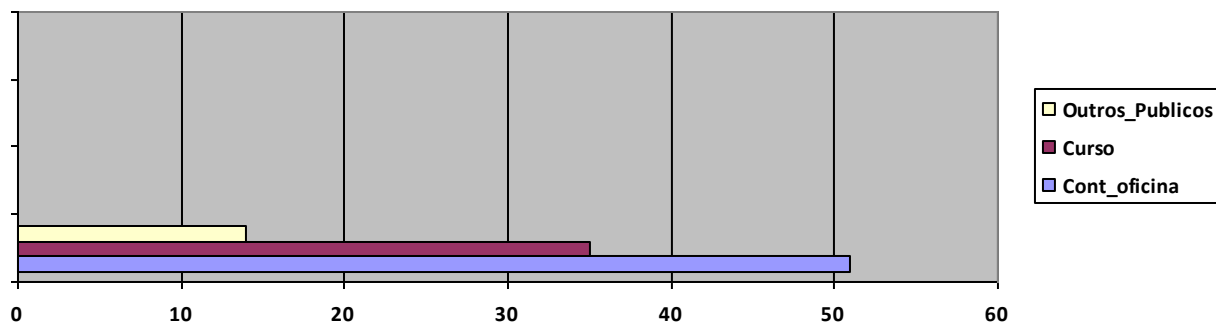
**Gráfico 2 – Pontos Críticos da Oficina em Gênero e Diversidade Sexual na Escola**



Diante da dificuldade expressa pelos educadores em visualizar modos do fazer pedagógico em suas práticas onde possam e devam ser inseridas as temáticas de gênero e sexualidade, a equipe de Educação, Gênero e Sexualidade inseriu novas atividades e novos materiais didáticos na parte prática da oficina: a elaboração de três atividades por área do conhecimento (linguagens e códigos, ciências humanas e ciências exatas) tendo como eixo a discussão de gênero e diversidade sexual a partir dos planos de aula sugeridos pela UNESCO e projetos pedagógicos do estado do Ceará premiados pelo Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Ministério da Educação (MEC) realizados entre os anos de 2006 - 2015. A equipe também apresenta um documento pedagógico orientador contendo sugestões de atividades, vídeos, músicas, dinâmicas, projetos e textos acadêmicos que possam instrumentalizar ainda mais o trabalho do docente.

Dentre as principais SUGESTÕES, 65% dos educadores capacitados solicitaram a continuação das oficinas pedagógicas, sendo que desses 14% recomendaram que a mesma fosse realizada com outros membros da comunidade escolar (incluindo pais e funcionários). Considerável também o percentual de 35% de participantes que solicitam a oferta das oficinas em formato de um curso de capacitação com carga horária maior.

**Gráfico 3 – Pontos Sugeridos da Oficina em Gênero e Diversidade Sexual na Escola**



Em todas as oficinas executadas além das sugestões registradas nas avaliações e durante a realização da oficina, firmou-se a formação de um grupo de estudo através de *emails* para que se possa compartilhar materiais, experiências pedagógicas e se manter uma comunicação permanente proporcionando assim uma continuidade do trabalho realizado com a formação.

### **Para não concluir, mas encaminhar**

Diante do quantitativo de formações já realizadas além dos pontos elencados, cinco outros chamam a atenção e costumam concentrar boa parte das discussões:

- ✓ O desconhecimento dos amparos legais quanto a adoção do nome social nas escolas por parte das alunas e alunos transexuais;
- ✓ A complexidade de administrar situações conflituosas quanto ao uso dos banheiros por parte das alunas e alunos transexuais;
- ✓ A contradição entre a aplicação da Resolução CEE/CEB nº 437/2012 e o registro escolar no Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) que não possui indicadores de reconhecimento da frequência e rendimento das alunas e alunos transexuais;
- ✓ A carência de projetos curriculares oficiais para se trabalhar a temática dentro das escolas tendo em vista as muitas situações de bullying homofóbico, transfobia e violência de gênero vivenciadas no cotidiano escolar;
- ✓ A carência de formações continuadas que subsidiem os educadores a lidar com a diversidade sexual e de gênero que compõem o dia a dia da escola.

Ainda está no discurso de muitos docentes a falta de conhecimento científico e o despreparo de como lidar com as circunstâncias da rotina escolar que envolvam as questões de gênero e sexualidade. No decurso das oficinas já ministradas observaram-se algumas resistências em tratar do tema em função de crenças pessoais baseadas em supostos fundamentos religiosos e/ou baseadas em concepções empíricas normalmente mitificadas e estereotipadas por parte dos educadores.

Por outro lado, o anseio demonstrado pelos mesmos em todas as oficinas desenvolvidas, experiências exitosas de projetos pedagógicos e atitudes cotidianas trabalhadas por muitos desses educadores têm demandado reestruturas e avanços na ação de formação continuada descrita até aqui.

Na conclusão do relatório de cada oficina e na sistematização das avaliações feitas, a equipe de técnicos da SEDUC responsáveis pela atividade encaminha todo o material didático utilizado (slides, vídeos, textos, resoluções) e se coloca à disposição como assistência pedagógica para a multiplicação dessas oficinas com os pares daqueles que passam pela formação.

A equipe já estrutura um formato ampliado para as futuras oficinas, transformando-lhe num curso semipresencial de 200 h com encontros presenciais, atividades à distância através da plataforma virtual da secretaria de educação estadual e um seminário de apresentação de experiências exitosas desenvolvidas nas escolas públicas cearenses ao longo de cada um dos próximos quatro anos.

Pretende-se certificar o curso e disponibilizar em CD-ROM um material ainda mais detalhado e fundamentado que auxilie as ações docentes no dia-dia escolar.

Postas essas ponderações, reforço a urgência de um trabalho permanente de formação inicial e continuada para educadores, sejam eles regentes em sala de aula, gestores ou ocupando cargos técnicos em outras instituições educacionais, para que novos saberes sejam gerados e novos olhares lançados com relação a tudo que se refere a questões de gênero, sexualidade, orientação afetivo-sexual e diversidade sexual.

É preciso que o educador antes de tudo assuma seus pré-conceitos, seus medos e suas dúvidas. Não se busca conquistar um discurso politicamente correto de respeito demagogo à diversidade. O que urge é que o educador se permita repensar ideias pré-concebidas baseadas em “achismos” e senso comum, aprofunde seus conhecimentos, permita-se reconhecer e valorizar a diversidade humana e proporcione aos seus estudantes uma análise desprovida de olhares e conceitos moralistas, excludentes e arcaicos a cerca da sexualidade humana.

## Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude e sexualidade** / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva. Brasília: UNESCO, Brasil, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <http://www.abglt.org.br/docs/IAE-Brasil.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2016

ABROMOVAY, Miriam (Coord.). **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam?** Brasília: Flacso – Brasil, OEI, MEC, 2015.

BORTOLINI, Alexandre. **Diversidade sexual na escola**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BUTLER, J. **Problema de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>. Acesso em 01 de setembro de 2016.

BRASIL. **Lei de Combate ao Bullying**. Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm). Acesso em 01 de setembro de 2016.

BRASIL. Lei nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da criança e do adolescente**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm). Acesso em 01 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

BRASIL. **Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar**. MEC/FIPE/INEP, Brasília, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade\\_apresentacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf). Acesso em 01 de setembro de 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CEARÁ. Constituição (1989). **Constituição do Estado do Ceará**. Diário Oficial do estado do Ceará. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70432/CE\\_Ceara.pdf?sequence=1](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70432/CE_Ceara.pdf?sequence=1). Acesso em 06 de setembro de 2015.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf). Acesso em 01 de setembro de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução Nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Disponível em: [http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao\\_ceb\\_002\\_30012012.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/resolucao_ceb_002_30012012.pdf). Acesso em 01 de setembro de 2016.

ÉNÓIS Inteligência jovem. **#MeninaPodeTudo**. São Paulo, 2015. Disponível em:  
<http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2015/06/03/refens-medo-garotas-que-temem-homens/>  
Acesso em 01 de setembro de 2016.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. *Fronteiras da educação: tecnologias e políticas*. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010

PeNSE 2015. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS / **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

REIS, Toni. **Homofobia no ambiente educacional: o silêncio está gritando**. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2015.

SANTOS, Claudiene & TOLEDO, Maria Alves de. **A educação sexual pede espaço**. São Paulo: Ômega, 2000.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Pensamento Estratégico**. Disponível em:  
<http://portal.seduc.ce.gov.br/index.php/institucional/identidade-organizacional/pensamentoestrategico>.  
Acesso em 06 de setembro de 2015.

SETUBAL, Maria Alice. **Com a palavra (...)** Consulex. Ano XVI. N.382. 15 de Dezembro de 2012

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 48, p. 11 – 32, jul. 1997.

TORRES, Raimundo Augusto M. *Sexualidade e Relações de gênero na escola: diálogos “fáceis” de dizer, porém difíceis de conviver*. In: Alexandre Martins Joca (Org.) **Recortes das Sexualidades – encontros e desencontros com a educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

VENTURI, Gustavo. **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. FPA/RLS, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisa-lgbt.pdf>. Acesso 01 de setembro de 2016.

VIANNA, Cláudia. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012